

CRÍTICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL**CRÍTICA DE LA POLÍTICA EDUCATIVA****EDUCATIONAL POLICY CRITICAL**

Olgáises Cabal Maués

Por: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Maria de Fátima Felix Rosar, Paulino Orso, e Elza Margarida de Mendonça Peixoto.

A entrevista deste número desafiou todo o comitê editorial de *Germinal*. A dinâmica conjuntural demandava um nome que estivesse acompanhando longitudinalmente as reformas e em uma posição de enfrentamento e luta ante o difícil quadro de resistência em que nos colocamos neste momento. Após diversas indicações elegemos Olgáises Cabal Maués, Professora da Universidade Federal do Pará e 3ª Vice-Presidente do *Sindicato Nacional dos Docentes da Educação Superior – ANDES-SN*, Coordenadora do *Grupo de Trabalho Política Educacional – GTPE* daquela entidade, e responsável pela organização do *Encontro Nacional da Educação (I e II ENE)*, compondo a *Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita*. O roteiro deste número esteve sob os cuidados de: Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Maria de Fátima Felix Rosar, Paulino Orso, e Elza Margarida de Mendonça Peixoto.

G.: Qual a avaliação acumulada pelo ANDES e pela Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) acerca da política educacional nos últimos 17 anos? Quais as perspectivas que se anunciam?

O.: O ANDES-SN tem como princípio a defesa da educação pública e gratuita em todos os níveis (educação básica e superior) e modalidades, reconhecendo ser esta um direito de todos e um dever do Estado. Da mesma forma a CONEDEP, desde sua constituição, ainda como Comitê em defesa dos 10% do PIB para a educação pública, já, tem a mesma vocação. O que se pode dizer é que a cada dia há, por parte dos diferentes governos, uma grande desresponsabilização e uma forte privatização da educação.

No governo FHC foi aprovada a LDB 9.394 de 1996 que, de forma sorrateira inverteu o que estava

posto no artigo 205 da CF de 1988. Nesta, é dito que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família...”. A LDB, no artigo 2º altera sutilmente a ordem ficando “a educação, dever da família e do Estado”. Ou seja, essa “discreta” mudança isenta o poder público da sua responsabilidade e atribui à família, o poder privado, essa tarefa. Isso é muito significativo. Não se tem boas perspectivas, o que se tem é a luta a cada dia para impedir o desmonte da educação pública. Recentemente o Congresso não aprovou a PEC 395/2014 que permitiria a cobrança de mensalidades dos cursos de pós-graduação lato sensu.

G.: Quais os interesses que estão determinando as reformas educacionais desde o Governo FHC? Como estes interesses se movimentaram entre os Governos petistas e o Governo Temer? Quais os setores que estão se beneficiando com as reformas?

O.: É evidente que são os interesses de grupos privados, com total e pleno apoio dos diferentes governos, de FHC a Temer, passando por Lula e Dilma. Em todos eles o setor privado cresceu e ganhou destaque. Alguns exemplos podem nos ajudar a situar essa questão. No governo FHC, com a Reforma do Estado, a educação superior passou a ser um “serviço não exclusivo do Estado”. Na educação superior se teve uma alta colossal na criação de instituições privadas, apoiadas por uma legislação que autorizava a abertura de Centros Universitários e Faculdades, para os quais não se exigia e continua sem se exigir – isso não foi revogado pelos governos subsequentes – professores com tempo integral, nem com mestrado e doutorado e também isenta essas instituições de fazerem pesquisa. Isso facilitou sobremaneira a expansão da educação pela via privada. Ao mesmo tempo, esse governo não abriu vagas para concursos nas instituições públicas, nem criou novas unidades de ensino.

Os governos petistas agiram na lógica da conciliação de classe, procurando atender ao público e ao privado. Assim, criaram o PROUNI, reforçaram o FIES, o que está beneficiando muito o setor privado. Em 2015, o governo Dilma destinou 18 bilhões de reais para o FIES e fez um corte para a educação pública na ordem de 12 bilhões de reais. Esse é um bom exemplo da prioridade daquele governo. Para o setor público foi criado o REUNI, abriram uma dezena de Universidades, transformaram as Escolas Técnicas em Institutos Federais, autorizaram a realização de concurso para docentes e técnicos. A expansão, via REUNI, não veio acompanhada de recursos para bibliotecas, salas de aula, fazendo com hoje se tenha uma situação de dificuldade para a manutenção dessa política.

Mas, a maior expansão continua sendo pela via privada, de tal forma, que pelo último Censo é informado que 76% das matrículas do ensino superior está nas instituições privadas.

Já o ilegítimo governo Temer veio com outra missão, das reformas tais como a do Teto dos Gastos, da Previdência, Trabalhista, Terceirização. É evidente que continua beneficiando o setor privado, basta ver a ligação do Ministro da Educação com esse setor.

G.: Quais os setores mais atingidos pelo corte de verbas e pelas reformas educacionais? Como estes setores estão se organizando para resistir aos ataques? Tem sido possível articular resistências e contra hegemonia entre os setores atingidos pelas reformas?

O.: Todos os setores da área de educação estão sendo atingidos e isso não está ocorrendo apenas agora. É bom lembrar que no governo Dilma, em 2015, foram cortados 12 bilhões de reais da educação, como já citei. Também naquele governo se teve corte de bolsas para pesquisadores (estudantes e docentes). Nos governos petistas houve uma total e absoluta desestruturação da carreira dos docentes das instituições de educação superior, públicas federais. Foi nesses governos, dentro do gabinete de um ministro da educação, que foi criada uma entidade para servir de braço das políticas oficiais e fazer aprovar as propostas espúrias que eram apresentadas pelos dirigentes governamentais. Outro setor profundamente atingido é o de produção do conhecimento, de ciência e tecnologia. O Marco Legal da Ciência e Tecnologia, aprovado em janeiro de 2016, aprofundou a legislação sobre o assunto que tinha sido promulgada em 2004. Com isso se privatiza a pesquisa, colocando as instituições públicas a serviço dos interesses privados, num processo evidente de mercantilização da educação. Difícil dizer qual o setor mais atingido.

A resistência tem sido feita, o ANDES-SN nunca deixou de denunciar, lutar, organizar manifestações no sentido de informar, esclarecer e apresentar propostas sobre essas questões. Reafirmo, há resistência, há luta.

G.: Qual o grau de desenvolvimento da resistência dos professores da educação básica e do ensino superior? Quais são os entraves para esta organização e quais as conquistas e derrotas dos últimos períodos?

O.: Há resistência, quer seja dos professores da educação superior, quer seja dos professores da educação básica. Temos nos manifestado, feito greves. Os docentes da educação básica, em 2015 e 2016 fizeram greve em quase todos os estados da federação. O ANDES-SN fez greve em 2015 e 2016. Temos feito manifestações de rua, ido a Brasília, realizado atividades nos estados. Em 2016 fomos para rua várias vezes, lutamos acirradamente contra a aprovação da EC 95/2016, dentre outras lutas. Não se tem ficado parado. Mas a repercussão dessas lutas é pequena. Não há cobertura da imprensa, não há divulgação das atividades, não há apoio dos meios de comunicação. Mas continuamos resistindo e graças a isso é que esses governos não conseguiram ainda privatizar tudo. Estamos atentos, alertas. Um fato novo surgiu no início da década de 2010, foi a criação do Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a educação pública, já! Ali pudemos congregamos algumas das entidades que faziam parte do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública. Esse Comitê se constituiu como um polo de resistência, congregando entidades que se manifestam e lutam contra as políticas neoliberais, conservadoras e privatizantes implementadas, sobretudo, a partir de 1994 até os

dias atuais. Esse Comitê realizou dois Encontros Nacionais de Educação (ENE), em 2014 e 2016 e está preparando o III ENE que deverá ocorrer em 2018. O Comitê se transformou em 2016 na Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita. Esse tem sido um espaço aglutinador de forças políticas, por meio de diferentes entidades nacionais, que mobilizam pessoas para realizar ações contrárias às políticas aprovadas ou que estão sendo apreciadas pelo Congresso Nacional.

G.: Como estão se portando o movimento estudantil e o movimento dos servidores do ensino superior público privado? Quais as lutas do movimento estudantil e dos servidores, que forças e bandeiras mobilizam?

O.: No governo FHC havia uma unidade de ação. Docentes, técnicos, estudantes, todos, estavam contra as medidas privatizantes daquele governo. O Fórum em Defesa da Educação Pública, criado ainda para lutar pelas questões da educação no período da Constituinte, que apresentou uma proposta de LDB, que elaborou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, que congregava mais de 50 entidades, que realizou cinco Conferências Nacionais de Educação (CONED) deixou de funcionar com a ascensão ao poder do petismo. Implodiu. Isso porque não havia acordo em relação às críticas que eram feitas ao governo do Partido dos Trabalhadores. E como as decisões eram tomadas por consenso, isso ficou impossível.

No âmbito dos estudantes, a partir do petismo, houve divisões, tais como um grupo de estudantes se desfilou da UNE e criou a Assembleia Nacional dos Estudantes (ANEL). Outro grupo preferiu ficar filiado e criou a Oposição de Esquerda da UNE (OE). Isso em função de haver uma avaliação de que essa entidade estudantil, com uma história de lutas desde a sua criação, teria sido cooptada pelo governo. Algo semelhante ocorreu com os docentes da educação superior, o governo criou, e há documentos que comprovam isso, outra entidade que passou a ser o braço oficial para defender e implementar as políticas do governo federal. Os sindicatos da educação básica, vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), entidade alinhada aos governos petistas, ficaram muito divididas para a luta.

G.: O capital, por meio de Institutos, Fundações e Programas adentra com toda a força na gestão das escolas, na venda de materiais e na formação de professores. Quais as estratégias que o movimento dos professores tem construído para a defesa da escola pública, gratuita e do interesse da classe trabalhadora?

O.: As escolas charters, a gestão via empresários da educação comanda por ONG tem se apropriado grandemente, por intermédio dos governos estaduais, desses espaços, colocando na prática o que a

Organização Mundial do Comércio (OMC) defende, isto é, a educação enquanto uma mercadoria, um serviço. As últimas medidas adotadas via Emenda Constitucional 95/2016, altera a Constituição Federal no Art. 212: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. A EC acabou com essa vinculação e os recursos para as despesas primárias (art. 107) ficam restritas, a partir de 2018 até 2036 “ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA [...]”. Isso, na prática, representa menos recursos para a educação, a saúde e a possibilidade dos governos estaduais repassarem a responsabilidade da oferta da educação pública a entidades privadas. Há inclusive, por parte de algumas dessas entidades, a defesa do PROUNI para a educação básica, representando a isenção de impostos dessas empresas educacionais. As estratégias de resistência e luta continuam sendo construídas, já citamos algumas, dentre elas a realização de ENE, a mobilização dos trabalhadores da área, a conquista, por eleição, dos Sindicatos de Professores em nível de estado, dentre outras.

G.: A disputa de projetos para a formação das crianças e jovens da educação básica acirra-se com o acirramento da luta de classes. Além das organizações do capital, do empresariado dos livros didáticos, as escolas estão sendo cercadas pela “Lei da Mordaça” proposta pelo MBL (na forma da Escola Sem Partido) e até mesmo pelo avanço da penetração das polícias no interior das escolas, via processos de Pacificação das Comunidades (por exemplo, no Rio, São Paulo, Porto Alegre e Salvador) alcançando a entrega das escolas para a gestão de corporações policiais (como em Goiás). Contraditoriamente, tivemos no último período mais de 1000 escolas de educação básica ocupadas em todo o país e praticamente todas as IFES e IEES ocupadas contra a Reforma do Ensino Médio e Reforma Administrativa propostas pelos Estados de São Paulo, Rio e Porto Alegre. O que justifica o acirramento da luta de classes na educação básica? Contra todas as teses de que a escola serve a preservação do capitalismo, o que esta disputa de projetos vem indicando? Qual a razão de todos os ataques desfechados contra a educação no atual momento?

O.: As ocupações das escolas ocorridas em 2016 se constituíram em uma verdadeira lição para a sociedade como um todo. Houve uma demonstração clara do nível de conscientização presente na juventude e a disposição de se organizar para lutar pelos direitos básicos da população. Foi um movimento vitorioso que mostrou toda a força dos jovens. Mas não está sendo fácil, na medida em que há um movimento internacional denominado Estudantes pela Liberdade, *Students for Liberty*, uma organização financiada pelo grande capital. O Movimento Brasil Livre, que recebe aporte político e financeiro de várias entidades, tais como Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Liberal (IL), *Instituto Mises Brasil*, afiliado do *Mises Institute* dos EUA, Instituto Millenium, dentre outros, vem

se apropriando das bandeiras dos estudantes, tentando desmobilizá-los. A Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública publicou uma reportagem em junho de 2015, disponível no site <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>, intitulada “A Nova Roupa da Direita”. É importante se conhecer o assunto. O Movimento Brasil Livre é essa “nova” cara, é a marca criada pelo movimento Estudantes pela Liberdade para participar das manifestações de rua desde 2013, no Brasil. Essa “nova” cara da direita, via MBL, tem propostas muitas claras para a educação, dentre elas a implementação do sistema de voucher, a legalização da *homeschooling*, redução de impostos das escolas privadas; militarização das escolas, gestão privada de escolas, a aprovação do projeto escola sem partido, dentre outras. <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/mbl-wordpress-s3/wp-content/uploads/2016/05/26222920/propostas-mbl.pdf>. Cito tudo isso para enfatizar que essa “nova” direita está muito bem organizada e financiada. É preciso que nos organizemos mais para combatê-la. É preciso que criemos Frentes Estaduais, Municipais em Defesa da Escola sem Mordça; é preciso que o movimento estudantil, juntamente com toda a classe trabalhadora se aproprie das bandeiras de luta dos jovens no sentido da defesa de um país democrático e plural. Não podemos deixar que amordacem a juventude. O acirramento do conservadorismo está forte e isso é mundial. O governo ilegítimo do Temer está para cumprir uma agenda que aprofunda ainda mais esse viés neoliberal-neoconservador-fundamentalista. As reformas que estão ocorrendo demonstram isso. A contrarreforma do Ensino Médio vai também nessa direção. A lei aprovada retirou as disciplinas importantes como Filosofia, Sociologia, Arte e na fala oficial é dito que isso estará presente na BNCC. A terceira versão da Base Nacional Comum Curricular entregue pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação, em abril/2017 já quebrou a unidade que deve ter a Educação Básica. Essa versão se refere apenas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. Essa Base revisada no governo ilegítimo traz a marca do conservadorismo, suprime do texto tudo que se referia à gênero e a orientação sexual. A imprensa noticiou que isso ocorreu após o ilegítimo presidente ter, na véspera da solenidade de entrega da BNCC, recebido um grupo de evangélicos que apresentou essa demanda. Temos que criar comitês em cada escola na defesa da educação, da liberdade de expressão, no respeito ao diferente. É preciso que se monte uma estratégia de guerra. É o futuro do país que está em jogo.

G.: Como a gestão do ensino superior público esta se colocando ante o ataque do capital à educação superior? Quais as principais características deste ataque e como vem se movimentando a ANDIFES?

O.: A ANDIFES tem se comportado como uma parte do governo. Os reitores parecem esquecer que chegaram ao cargo eleitos pela comunidade acadêmica. Um exemplo disso é que nas eleições presidenciais de 2014, 54 reitores foram ao Planalto declarar apoio à reeleição da Dilma. Quem

outorgou a eles esse poder? Claro, existem exceções, o reitor da UFRJ, Roberto Leher é uma delas. Mas, em geral, a ANDIFES está alinhada com as políticas oficiais.

G.: Compreendendo o papel da educação na reprodução do sistema como anda a disputa de projetos no interior da Universidade? Há dados sobre o avanço das tendências teóricas e pedagógicas neoliberais adotadas por quem executa as políticas educacionais em sala de aula? Seria possível considerar que estamos na área da educação, construindo práticas de ensino, pesquisa e extensão que se contrapõem aos imperativos do mercado?

O.: A pedagogia do aprender a aprender é que vem predominando. A epistemologia da prática é que se tornou corriqueira pelas exigências oriundas das avaliações externas e em massa, tais como a Prova Brasil, o ENEM e o PISA. As escolas são obrigadas a trabalhar nessa lógica, desenvolvendo competências e habilidades, formando pessoas que não terão elementos para uma posição mais crítica na sociedade. Temos também as exceções, as contradições que o próprio modelo gera leva a que se tenha alguns focos de resistência e de rebeldia. Mas os professores estão sendo muito controlados, seduzidos por gratificações meritocráticas, punidos se fazem greve, tendo esse movimento sido judicializado na maioria dos estados. Os movimentos realizados pelos Sindicados tais como Seminários, Congressos, publicações, trabalho de base são algumas das estratégias que estão sendo utilizadas para que a educação, como disse Mészáros, vá além do capital. Ou como ensinou Paulo Freire, seja a prática da liberdade. Estamos nessa luta para isso.

A disputa de projetos está presente, mas hoje foram criadas formas de controle, principalmente na educação básica, que engessam as atividades docentes. Um exemplo são os exames externos e em larga escala, que obrigam os professores trabalharem com as disciplinas que integram as provas. Isso não deixa margem de manobra, havendo uma limitação do que ensina e do como ensinar.

Na educação superior, a política de hoje instalada, principalmente pelo Marco Legal da Ciência, vem seduzindo corações e mentes, na medida em que é possível trabalhar para empresas privadas, receber honorários, equipamentos. Isso faz, por vezes, que se esqueça a finalidade da pesquisa que deve ser para beneficiar toda a sociedade e não apenas para trazer lucro a uma determinada empresa. Os projetos estão postos, a luta do Sindicato é mostrar o que cada um representa para o futuro do país. Não tem sido uma tarefa simples.

G.: Que outras considerações entende pertinentes a este tema da educação nesta fase do imperialismo que conta com as ideologias e a cultura para domínio da classe trabalhadora??

O.: Não podemos esquecer que a nossa luta é por uma sociedade justa e igualitária, com distribuição de riqueza e democrática. Estamos lutando contra a Reforma Previdenciária, contra a Reforma Trabalhista, contra a implementação da lei da Terceirização. Estamos lutando contra a corrupção,

pelo fora Temer, por eleições gerais. Sim, pois a questão é estrutural, a crise que o país está vivendo é ampla e abrange os aspectos políticos, jurídicos, econômicos e éticos. A nossa luta, tanto do ANDES-SN, quanto da CONDEP ultrapassa o setor da educação. Estamos construindo a greve geral de 28 de abril, envidando todos os esforços para que ela ocorra e seja um marco nessa caminhada contra a usurpação dos direitos dos trabalhadores, duramente conquistados.

As minhas considerações finais estão calcadas em uma fala de Rosa Luxemburgo, em dezembro de 1918, um ano após a Revolução Russa, e um ano antes de seu assassinato. No texto *A Socialização da Sociedade*, a autora finaliza da seguinte forma: “*A juventude trabalhadora, sobretudo, é chamada para esta grande tarefa. Como geração futura, ela formará com toda certeza o verdadeiro fundamento da economia socialista. Ela tem que mostrar já, como portadora do futuro da humanidade, que está à altura dessa grande tarefa. Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? Nós conseguiremos!*” Sim, nós conseguiremos, na organização e na luta, na resistência e no avanço, na unidade de ação nós conseguiremos.